



## EDITORIAL

Raimunda Nonata do Nascimento Santana(UFMA)<sup>1</sup>  
Salviana de Maria Pastor Santos Sousa (UFMA)<sup>2</sup>

*AMAZÔNIA: devastação da natureza, povos da floresta e lutas ambientalistas* como tema do Dossiê Temático do v. 27, n. 1, janeiro/junho 2023 da Revista de Políticas Públicas (RPP), periódico acadêmico-científico publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), reitera, renova e desafia à nossa escolha teórico-metodológica e político-editorial que se assenta em duas premissas fundamentais: a) na reconstrução analítica de processos pertinentes ao ser social e à sociabilidade contemporânea deve-se buscar situá-los no horizonte da história examinando-os em suas manifestações, gênese e perspectivas; 2) no reconhecimento da relevância da análise conjuntural como produto da urgência e desafios concretos do presente histórico.

Neste volume da RPP, a proposição de um Dossiê Temático sobre a Amazônia, nos levou a considerar a concretização dessas premissas como uma forma de experiência liminar. Acontece que a Amazônia<sup>3</sup>, na sua particular espacialidade e historicidade, encontra-se no presente histórico saturada de contradições e envolvida, como nunca dantes, num conflito entre a humanidade, a sociabilidade capitalista e o meio ambiente. Uma batalha entre sujeitos, ações e discursos que se movem violentamente numa dupla perspectiva: de um lado, forças regressivas e de aniquilamento; de outro lado, forças de preservação e de (re)construção.

A preservação da natureza como uma das condições da vida no planeta Terra há muito mobiliza estudiosos. Dentre estes, O'Connor (1988), por exemplo, argumenta que a relação capital e natureza contém a tendência de, a cada estágio do capitalismo - mercantilismo; capitalismo industrial-

---

<sup>1</sup> Professora Associada do quadro de colaboradores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Endereço: Cidade Universitária Dom Delgado – Av. dos Portugueses, 1966, Bacanga, São Luís – MA. CEP 65080- 805. E-mail: [nonatasantana@gmail.com](mailto:nonatasantana@gmail.com).

<sup>2</sup> Professora Titular do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Endereço: Cidade Universitária Dom Delgado – Av. dos Portugueses, 1966, Bacanga, São Luís – MA. CEP 65080- 805. E-mail: [sousa.salviana@ufma.br](mailto:sousa.salviana@ufma.br).

<sup>3</sup> Ainda que parte importante da nossa compreensão sobre o tema centre-se na Amazônia brasileira, tomamos como referência na demarcação desse território a chamada Amazônia internacional, que abarca nove países situados ao Norte da América do Sul - Brasil, Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia.

liberal e concorrencial; monopolista e monopolista transnacional -, se tornar mais antagônica. Para este pensador, a ética interna do capitalismo é a conquista da natureza no sentido de subjugar-la ao capital. Mézáros (1989, p. 27) assevera que [...] a determinação operativa onipresente no sistema capitalista é, e continua sendo, o imperativo da lucratividade. [...] o sistema como um todo é absolutamente dissipador, e tem de continuar a sê-lo em proporções sempre crescentes. Santos (1999), ao final dos anos 1990 já se aliava ao grupo dos estudiosos com o intuito de chamar a atenção para a degradação do meio-ambiente praticada para acolher a interesses do processo de acumulação do capital. Os altos custos desse processo, ao seu ver, necessariamente, se agregam a crises e conflitos advindos da reduzida solidariedade internacional e intergeracional que, ao serem distribuídos para a maioria, agravam as desigualdades e dilemas de diferentes tipos<sup>1</sup>.

No conjunto das reflexões sobre as incidências da expansão do capital, em extensão e profundidade, sobre a Amazônia, Gonçalves (2015) nos fala de “Amazônias”: uma natureza viva de esplendor que convive com conflitos, violência, exploração, devastação e miséria. Nas “Amazônias”, a vida, o trabalho e a resistência dos povos da floresta pela perpetuação da natureza, saberes e identidades encontram o sentido do seu devir histórico.

Quando dizemos povos da floresta estamos nos referindo às populações que ao longo do desenvolvimento da formação sócio-histórica brasileira vivem e trabalham, produzem cultura, existem e resistem, numa relação indissociável com os recursos da floresta e dos rios. Na miríade dessas populações, nas quais a natureza tem centralidade na sua constituição como sujeitos, destacam-se os denominados povos originários ou descendentes dos primeiros habitantes da Amazônia. No Brasil, são os povos indígenas, com suas diversas etnias, presentes nas cinco regiões do país, embora predominem na Região Norte.

Darcy Ribeiro (1995, p. ), na sua obra “O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil”, pondera que os povos indígenas, muito cedo, ainda no período pré-colonial, começaram a ver a hecatombe resultante dos primeiros contatos entre indígenas e brancos: com a destruição das bases da vida social indígena, a negação de todos os seus valores, o despojo, o cativo, ... morriam de tristeza ou fugiam mata adentro, horrorizados com o destino que lhes era oferecido no convívio com os brancos, seja na cristandade missionária, seja na pecaminosidade colonial. Novak (2022)<sup>2</sup>, por sua vez, lembra que, ao longo do processo de colonização, com apoio de diversas medidas governamentais, esses povos sofreram genocídio decorrente de doenças ou violência física, além de processo sistêmico de etnocídio e epistemicídio. E continuam propensos a perder cada vez mais elementos culturais que fazem parte da sua identidade, tais como práticas de manejo da terra, da água e de proteção de florestas. De toda sorte, além dos povos indígenas, quilombolas, extrativistas e outras comunidades

tradicionais têm sido historicamente os maiores conservadores da floresta, dos rios e da biodiversidade. Muitos dos seus territórios são bem preservados e seus modos tradicionais de vida fatores determinantes no cuidado com o meio ambiente e no combate às mudanças climáticas.

No entanto, na atual conjuntura, somando-se ao padrão destrutivo do desenvolvimento capitalista e a lógica socioterritorial que viabiliza a desigualdade nas condições de acesso e usufruto de direitos, a tese do marco temporal<sup>3</sup> alarga a ameaça aos biomas e aos processos de demarcação de terras indígenas e favorece o agronegócio e a exploração ilegal e predatória dos recursos naturais no Brasil. Sabemos que a dívida histórica do país, sobretudo, com os povos originários, passa pela demarcação das terras, pelo cumprimento da legislação ambiental e pela configuração de políticas públicas que assegurem as condições de reprodução e respeitem a autonomia desses povos.

A reflexão sobre a Amazônia e seus desafios envolve, necessariamente, a consideração sobre as lutas ambientalistas que, fundamentadas em diferentes correntes, movimentos, estratégias e institucionalidades, se espriam internacional e nacionalmente no sentido da justiça ambiental e particulares focos de lutas. Nesse prisma, por exemplo, ao lado do processo de demarcação de terras indígenas, o desmatamento é algo que precisa ser combatido, como lembra o prof. Luís Canto, entrevistado dessa edição da RPP, independentemente se afeta populações originárias, ou não. Porém, reafirma: mesmo que entidades como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), universidades, além de organizações não governamentais venham contribuindo para denunciar esse processo, o desmonte orquestrado pelo governo anterior no Brasil, apoiou ostensivamente a destruição de ecossistemas e ambientes que abrigam não só povos tradicionais, mas pessoas pobres com modo de vida não urbana.

Feitas estas demarcações, em meio ao debate acirrado, convidamos o leitor a mergulhar na reflexão sobre o rico material disponibilizado pelos autores e autoras dos textos disponibilizados nessa edição do v 27 n. 2 da RPP.

O presente volume abre, em caráter excepcional, com um artigo de Registro histórico de autoria da profa. Dra. Maria Ozanira da Silva e Silva. Motivada pelo patamar de excelência alcançado e mantido pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA que celebra seu trigésimo aniversário no próximo mês de agosto, a autora faz um balanço do percurso desse Programa atribuindo os resultados por ele alcançados ao trabalho coletivo da comunidade acadêmica. O texto denomina-se PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS: 30 anos formando mestres e doutores.

Rico conjunto de vinte e cinco artigos e ensaios, de autoria de pesquisadores e pesquisadoras de várias Universidades e de distintos campos de saber, integram o Dossiê Temático “AMAZÔNIA:

devastação da natureza, povos da floresta e lutas ambientalistas” e a Sessão Temas Livres. Do primeiro grupo constam 13 textos sendo: **A AMAZÔNIA SUBORDINADA AOS IMPERATIVOS DO CAPITAL FINANCEIRO** de Artur Bispo dos Santos Neto, Everton Melo Silva e Renalvo Cavalcante Silva ; **A ROTA DO FIM DO MUNDO: Mercado global de drogas e organizações criminosas na Amazônia** de Joana das Flores Duarte ; **AÇÕES POPULARES NA AMAZÔNIA LEGAL, DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E POPULAÇÕES TRADICIONAIS** de Carolina de Albuquerque, Victor de Almeida Conselvan, Maria Carolina Chaves de Sousa, Elen Pessoa de Queiroz Ribeiro, Celso Maran de Oliveira ; **AMAZÔNIA SOB ATAQUE: estado de coisas inconstitucional ambiental** de Paulo Rodrigo de Miranda e Valéria Ribas do Nascimento ; **ANÁLISE DO RITMO E NÍVEL DE CRESCIMENTO ECONÔMICO DA CIDADE DE SANTARÉM/PARÁ ENTRE 2015 E 2019** de Ana Cristina Corrêa Carvalhal Ferreira ; **DO USO TRADICIONAL DA TERRA À BIOPOLÍTICA E AS FORMAS DE RESISTÊNCIA DE MANOEL DA CONCEIÇÃO** de Karina Borges Diaz Nery de Souza- e José Carlos Gomes dos Anjos; **ECONOMIA POLÍTICA DO TERRITÓRIO: interpretando a atuação da Vale S.A. em Municípios Minerais do Pará a partir de Milton Santos** de Daniel Silva e Antonia Larissa Alves Oliveira ; **LUTA E RESISTÊNCIA NA PRODUÇÃO DOS ATINGIDOS POR GRANDES PROJETOS EM BARCARENA, NO PARÁ** de Robert Damasceno Monteiro Rodrigues, Leandro Passarinho Reis Junior e Flávia Cristina Silveira Lemos ; **O BOOM DE COMMODITIES E DINÂMICAS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA: o caso das regiões de Carajás e do Marajó** de Maurílio Monteiro ; **OS APINAJÉ E O ISOLAMENTO SOCIAL: mudanças nos trajetos urbanos a partir da pandemia de Covid-19** de Wellington da Silva Conceição; **POLÍTICAS DE CONTROLE AMBIENTAL: um comparativo das tipologias dispensadas de licenciamento ambiental no meio-norte brasileiro** de Rammyro Leal Almeida e Carlos Rerisson Rocha da Costa; **TRABALHO INFANTIL E REPRODUÇÃO SOCIAL DE FAMÍLIAS RIBEIRINHAS: estudo das mediações e particularidades nos rios do Marajó/PA** de Merize Américo; **VIOLAÇÕES DOS DIREITOS DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM BARCARENA/PA E A ATUAÇÃO DO MPPA** de Joyce Cardoso Olímpio Ikeda e Marcelo Sampaio Carneiro

Os artigos dessa Sessão são enriquecidos com uma Entrevista Especial concedida pelo Prof. Doutor Luis Otávio do Canto Lopes ao Prof. Doutor Itaan de Jesus Pastor Santos, além de uma Resenha elaborada pela Profa. Dra. Mariana Cavalcante Braz do livro de BRAND, Ulrich; WISSEN, Markus. **MODO DE VIDA IMPERIAL: sobre a exploração de seres humanos e da natureza no capitalismo global.** Trad. **A CONTRIBUIÇÃO DA CULTURA CORPORAL DE MOVIMENTO PARA EMPODERAMENTO DAS JUVENTUDES NO NÚCLEO AFRO ODOMODÊ** Marcela Couto. São Paulo: Elefante, 2021. 336p.

Na sessão destinada a Temas Livres, destacam-se 12 textos voltados para a análise e avaliação de Políticas Públicas, em diferentes expressões. São eles: **18 ANOS DE PROGRESSO**: a construção do Programa Bolsa Família com base em programas precursores de João Vitor Rodrigues Gonçalves , Liziane Meira e Matheus Froner; **A CONTRIBUIÇÃO DA CULTURA CORPORAL DE MOVIMENTO PARA EMPODERAMENTO DAS JUVENTUDES NO NÚCLEO AFRO ODOMODÊ** de Pamela Tavares Monteiro elvan Marcelo Gomes; **CAROLINAS BRASILEIRAS**: sofrimentos, injustiças e denúncias sociais de Pollyanna de Souza Carvalho, **COMUNIDADES TERAPÊUTICAS NO DISTRITO FEDERAL**: "controle" social e saqueio do fundo público de Pedro Henrique Antunes da Costa ; **CONSCIÊNCIA DE CLASSE DO PROLETARIADO E DEMOCRACIA AUTOGESTIONÁRIA HOJE** de Flávio Bezerra de Farias ; Pierre Cours-Salies,, Juliana Carvalho Miranda Teixeira e Danielle Queiroz de Soares; **DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DE CT&I NO BRASIL**: competências científicas e persistência das assimetrias regionais de Cristiane Roque de Almeida, Emerson Adriano Guarda e Suyene Monteiro da Rocha; **DO PONTO DE VISTA DO MORADOR**: sentidos atribuídos às múltiplas instituições atuantes nas periferias urbanas de Ana Beraldo; **IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**: aspectos teóricos e metodológicos para a escolha de diretrizes avaliativas de Naira Silva e Maria do Rosário de Fátima e Silva; **MEDICINA TRADICIONAL PERUANA Y PRÁCTICAS POPULARES EN TIEMPOS DE PANDEMIA POR COVID-19**: desafios para las políticas de combate a la enfermedad de Jhomelin Milagros Flores Bordais e Diego Sanches Corrêa; **PELAS LENTES DAS LIVES**: o debate do Serviço Social Brasileiro na Pandemia de Maria Angelina Baía de Carvalho de Almeida Camargo, Silvia Neves Salazar, Pollyana Tereza Ramos Pazolini, Natália Silva Nicácio e Lucas Costa Santos; **PRINCÍPIO DA ASSOCIAÇÃO, ARTESANIA DAS PRÁTICAS E SABER PODER**: o caso Asmarc em Caratinga/MG de Fernanda Henrique Cupertino Alcântara, Rosana Ribeiro Felisberto e Taysnara Sabine Ferreira Oliveira; **TRABALHO E (IN)VISIBILIDADE SOCIAL**: desafios contemporâneos da inserção da população com deficiência no mundo do trabalho de Jeovana Nunes Ribeiro

Enfim, a Comissão Editorial espera que o rico material disponibilizado na presente edição da RPP contribua para expandir reflexões desenvolvidas em torno do instigante tema "AMAZÔNIA: devastação da natureza, povos da floresta e lutas ambientalistas", bem como sobre os diferentes objetos abordados nos textos publicados na seção Temas Livres.

Boa leitura!

## REFERÊNCIAS

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2015.

O'CONNOR, James. *Capitalism, Nature, Socialism: a theoretical introduction*. 1988. Disponível em: <http://www.vedegylet.hu/okopolitika/O'Connor%20-%20Capitalism%20Natures%20Socialism.pdf>  
Acesso em: 29 maio 2023.

MÉSZÁROS, I. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. Tradução de Georg Toscheff. São Paulo: Ensaio, 1989.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Cia da Letras, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1999.

## Notas

<sup>1</sup> Entre esses dilemas, Santos (1999) destaca como mais relevantes: o desejo das populações dos países do Sul em alcançarem um padrão de desenvolvimento semelhante ao dos países mais ricos; o cálculo dos Estados e empresas baseado em interesses e compromissos de curto prazo, o que se antagoniza aos objetivos intergeracionais, de longo prazo, determinação que se vem adensando com o crescimento acelerado do projeto de extrema direita em movimento ao redor do planeta; a perda da centralidade do Estado na regulação do capitalismo não contrapesada por instituições multilaterais para busca de soluções solidárias globais e as injunções dos chamados regimes democráticos dos países centrais e instituições internacionais sobre países periféricos em “defesa dos direitos humanos” que resultam em menos autonomia interna e em sujeições externas de diferentes tipos.

<sup>2</sup><https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2022/06/07/povos-originais-quem-sao-eles-no-brasil-e-no-mundo.htm>;  
acesso em 30 de maio de 2023.

<sup>3</sup> A Constituição de 1988 denomina “Terras Indígenas” aquelas ocupadas por esses povos desde o início do processo de formação da sociedade brasileira. O denominado marco temporal, por sua vez, em debate no atual contexto histórico, é tese que defende a ocupação livre dessas terras apenas em situações em que pode ser comprovada a ocorrência da ocupação em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição. Em caso de aprovação, irá obstaculizar processos de demarcação de terras e obstaculizar a vida de povos originários, uma vez que exige verificação de uso ou litígio da área pela etnia no tempo e território pretendido.